

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.139.235 - SP (2017/0178156-2)

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : XL BRAZIL HOLDINGS S/A INCORPORADOR DO
— : WINTERTHUR INTERNATIONAL ADMINISTRACAO E
PARTICIPACOES LTDA
ADVOGADOS : RAFAEL AUGUSTO GOBIS - SP221094
BARBARA MILANEZ - SP299812
KAROLINE CRISTINA ATHADEMOS ZAMPANI E OUTRO(S) -
SP204813
AGRAVADO : FAZENDA NACIONAL

DECISÃO

Trata-se de agravo manejado por **XL Brazil Holdings S.A. Incorporador do Winterthus International Administração e Participações Ltda.**, desafiando decisão denegatória de admissibilidade a recurso especial, este interposto com base no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, assim ementado (fls. 220/221):

TRIBUTÁRIO - AÇÃO ORDINÁRIA - CORREÇÃO MONETÁRIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - ART. 40 DO DECRETO Nº. 332/91: LEGITIMIDADE DA PREVISÃO, ANCORADA EM SEDE DE ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA - IMPROCEDÊNCIA AO PEDIDO.

1. Ausente vício na figura invocada, qual seja, o disposto pelo art. 40, do Decreto n. 332/91. Com efeito, sufraga o E. STJ e esta E. Corte pacífico entendimento no sentido da atualização monetária que mais se aproxime da desvalorização que o dinheiro experimenta, com o decurso inflacionário do tempo.

2. Afigura-se coerente, então, sim, venha dado valor, originariamente identificado, a corresponder, anos posteriores, a cifra maior, decorrência - límpida e lícita, em sua superioridade em si - da incidência do acréscimo ou acessório previsto pelo ordenamento jurídico, a correção monetária.

3. Decorrente da Lei nº. 8.200/91 a disposição regulamentadora atacada, art. 40, do Decreto nº. 332/91, veemente não extrapola tal mister este preceito, assim a prestar observância ao positivado pelo art. 97, CTN, límpido seu tom "secundum legem". Ou seja, inoponível cuide o ordenamento de ceifar tal instituto dos nefastos efeitos da torrente inflacionária, à época também a assolar o País.

Superior Tribunal de Justiça

4. De todo pertinente a ponderação do E. Juízo "a quo", segundo a qual deve ser efetuada a correção monetária de a escrituração tal como determinado em lei, a fim de se evitar distorções que, indevidamente, prejudiquem o contribuinte ou o Fisco. Precedentes.

5. Improvimento à apelação. Improcedência ao pedido.

Nas razões do recurso especial, a parte agravante aponta violação ao art. 99 do CTN. Sustenta que, *"apesar de todas as alterações trazidas pela Lei n.º 8.200/91, não se encontra em lugar algum do texto a determinação de correção monetária da parte "B" do LALUR"* (fl. 226), daí por que *"o artigo 40 do Decreto n.º 332/91, desconsiderando totalmente o que previsto na lei que pretendia regular, ampliou desproporcionalmente o âmbito daquela, ao determinar a correção monetária da parte "B" do LALUR, em total desrespeito ao princípio da legalidade tributária estrita"* (fl. 227).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

O Tribunal de origem não se manifestou sobre a alegação de que *"apesar de todas as alterações trazidas pela Lei n.º 8.200/91, não se encontra em lugar algum do texto a determinação de correção monetária da parte "B" do LALUR"* (fl. 226), daí por que *"o artigo 40 do Decreto n.º 332/91, desconsiderando totalmente o que previsto na lei que pretendia regular, ampliou desproporcionalmente o âmbito daquela, ao determinar a correção monetária da parte "B" do LALUR, em total desrespeito ao princípio da legalidade tributária estrita"* (fl. 227), tampouco foram opostos embargos declaratórios para suprir eventual omissão. Portanto, à falta do necessário prequestionamento, incide o óbice da Súmula 282/STF.

ANTE O EXPOSTO, nego provimento ao agravo.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator